

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: José Carlos das Dores Zorrinho
Vereadores: Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
Lília Graciete Zambujo Fidalgo
Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira
Patrícia José Correia Raposinho
Rúben Filipe Soares dos Santos Rodrigues Migueis
Jerónimo António Vaqueiro José.

A reunião foi presidida por José Carlos das Dores Zorrinho, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar a reunião, **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários da Câmara, equipas técnicas, tradutora de língua gestual, público presente, e quem acompanha esta reunião de Câmara nas redes digitais.

Informou que **o senhor Vereador João Oliveira** não iria estar presente na reunião, fazendo-se substituir pela **senhora Vereadora Lília Fidalgo**. Neste sentido, solicitou a justificação da respetiva falta a qual, por consenso de todos os Eleitos, foi devidamente justificada.

De seguida, **o senhor Presidente** propôs o aditamento à Ordem do Dia das propostas **1.2 e 1.3**, para aprovação do envio à Assembleia Municipal, bem como do ponto **2.11**, relativo à continuidade dos seguros. Relativamente aos pontos **4.7, 4.8 e 4.9**, afirmou terem sofrido alterações, por conclusão tardia de negociações e protocolo, dada a urgência do final do ano. Acrescentou, ainda, que foram retirados os pontos **5.1 e 5.16** por cessação da necessidade de cedência de transportes e, por fim, afirmou que foram corrigidos os pontos **8.3** e o ponto **10.3**. Perguntou se havia alguma questão sobre a Ordem do Dia, não havendo sugestões deu continuidade à reunião.

A). Proposta de Aprovação da Ata n.º 24 de 19/11/2025.

Tendo o texto da Ata sido previamente distribuído, entre todos os membros do Executivo, foi deliberada a dispensa da sua leitura, nos termos do disposto no Artigo quarto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três. A referida Ata foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na sua deliberação a **senhora Vereadora Lília Fidalgo**, por não ter estado presente na reunião a que ela respeita, nos termos do n.º 3 do artigo 34º do Novo Código Procedimento Administrativo (NCPA) aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro.

B). Decurso das Comemorações de Natal.

O senhor Presidente referiu que a organização do Natal em Évora foi atípica e complexa, uma vez que o Executivo tomou posse sem que existisse qualquer preparação prévia. Ainda assim, foi possível garantir uma celebração condigna do Natal e do final do ano, graças ao forte envolvimento e colaboração de múltiplas entidades, internas e externas ao Município, designadamente juntas de freguesia, empresas, associações e outras instituições. Manifestou, assim, o seu agradecimento coletivo a todos os que contribuíram para este esforço conjunto, sublinhando que esta metodologia de trabalho colaborativo será mantida noutras celebrações da cidade, bem como usada no objetivo de assegurar que o Natal de 2026 e a passagem de ano 2026/2027 tenham a dimensão e a pujança que uma grande capital do sul do país exige e merece.

C). Plano de Urbanização de Évora.

O senhor Presidente informou que o Plano de Urbanização, doravante designado por PUE, de Évora tem a versão técnica aceite desde o mandato anterior e que, no princípio de janeiro, terá início o escrutínio político e a discussão pública. Salientou a necessidade de equilibrar os prazos legais, prevendo-se uma única prorrogação, de modo a garantir a auscultação dos interessados e a aprovação de um plano robusto, determinante para o desenvolvimento do Concelho na próxima década.

Referiu que foi definido um calendário que aponta para a publicação final do plano, em Diário da República, em outubro do próximo ano, assumindo pessoalmente o compromisso de cumprir essa data. Explicou que o processo inclui apresentação da proposta em janeiro, parecer da CCDR, discussão pública, recolha de contributos e ajustes sucessivos, culminando com a aprovação municipal em setembro e a publicação definitiva em outubro.

D). Auditoria Funcional Financeira e Orçamental.

O senhor Presidente mencionou que, na sequência da consulta preliminar aprovada na última reunião de Câmara, já existe um valor de referência para o lançamento da Auditoria Funcional, Financeira e Orçamental, fixado em 73 mil euros.

Salientou que o prazo de execução previsto é de um semestre, atendendo à complexidade do trabalho, sendo exigida a apresentação de relatórios intercalares, os quais serão divulgados aos Vereadores e à Assembleia Municipal, garantindo um processo participado e acompanhado ao longo do seu desenvolvimento, indicando ainda, que foram selecionadas três empresas, estando previsto um processo de adjudicação célere e transparente, permitindo que, no final do semestre,

seja obtida uma auditoria robusta e independente, com acompanhamento contínuo da sua elaboração.

E). Contacto com o Ministério da Saúde.

O senhor Presidente afirmou ter voltado a contactar o Ministério da Saúde e a Unidade Local de Saúde, tendo recebido confirmações de que o protocolo está aceite e poderá ser assinado até ao final do ano ou no início do próximo. Referiu que a única questão pendente é a marcação da data e o registo final do terreno público, que já não se encontra na ESTAMO e está nas Infraestruturas, faltando apenas o registo formal em nome da Unidade Local de Saúde, acrescentando que, perante os contactos efetuados, mantém a convicção de que o processo está bem encaminhado para a celebração do protocolo.

F). Juramento de Bandeira da Direção de Formação do Exército, na Praça do Giraldo.

O senhor Presidente informou que, no dia 16 de janeiro, terá lugar, na Praça do Giraldo, o juramento de bandeira da Direção de Formação do Exército, relativo ao ano de 2025, envolvendo cerca de 300 militares. Destacou a importância da cerimónia, sublinhando o papel de Évora como cidade sede da Direção de Formação do Exército e como cidade formadora, tanto no domínio da defesa e segurança como na formação cívica.

Referiu, ainda, que a cerimónia decorrerá às 11 horas, prevendo-se uma significativa afluência de participantes e familiares, e que, pelas 10 horas, terá lugar no Salão Nobre do Edifício Paços do Concelho, uma receção às altas patentes e demais entidades, para a qual os senhores Vereadores estão convidados.

G). Resposta às questões colocadas pela senhora Vereadora Patrícia Raposinho.

O senhor Presidente informou que as respostas às questões colocadas pela senhora Vereadora Patrícia Raposinho foram enviadas por escrito, dois dias após a última reunião, lamentando não ter sido possível fazê-lo na reunião seguinte. Acrescentou que, caso exista algum problema, a informação poderá ser verificada e reenviada.

H). Ponto de Situação da Reunião com as Freguesias.

O senhor Vereador Jerónimo José iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, informou sobre o ponto de situação das reuniões realizadas com as freguesias, tendo decorrido recentemente a última, após reuniões coletivas e individuais, destacando o carácter cordato e colaborativo do processo, bem como o envolvimento comum nos resultados, tendo sido acordada a proposta de continuidade dos protocolos existentes, no âmbito da planificação de reuniões e dos trabalhos de articulação previstos para os próximos meses.

Acrescentou, ainda, que será hoje proposto em reunião de Câmara o envio desses protocolos à Assembleia Municipal, para posterior votação nas freguesias, de forma a evitar atrasos na sua aplicação.

D). Receção de comunicação da DGAL relativa a pagamentos em atraso referentes ao ano de 2024.

O senhor Vereador Jerónimo José referiu que a Câmara recebeu uma comunicação da Direção-Geral das Autarquias Locais, doravante designada por DGAL, relativa aos pagamentos em atraso de 2024, por não ter sido cumprido o mecanismo previsto na Lei do Orçamento do Estado, que impunha uma redução de 10% nos prazos de pagamento, sublinhando que, muito pelo contrário, houve um aumento dos prazos de pagamento, o que levou a ultrapassar o limite legal do valor de pagamentos em atraso em cerca de 2,2 milhões de euros.

Mencionou que, conseqüentemente, durante os próximos seis meses será retido, nas transferências da DGAL para o Município, um montante aproximado de 396,567 euros mensais, destinado ao pagamento a fornecedores, reconhecendo que esta situação pode gerar algum constrangimento na gestão, mas sublinhou que vai ao encontro do objetivo de regularizar os pagamentos em atraso, não sendo, por isso, uma situação dramática.

J). Resposta às questões colocadas, na última Reunião de Câmara, pelos senhores Vereadores Henrique Sim-Sim e Rúben Migueis.

A senhora Vereadora Carmen Carvalheira iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, informou que todas as questões colocadas na última reunião de Câmara, pelos senhores Vereadores Henrique Sim-Sim e Rúben Migueis, encontram-se em tratamento, com vista a uma resposta mais eficaz.

Relativamente à questão da Habévora, referiu que, atendendo à entrada de uma nova administração, considerou adequado que a resposta seja dada por essa nova equipa, esperando que a mesma possa ser apresentada em breve de forma organizada.

K). Vereador Henrique Sim-Sim / Vários Assuntos.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Em seguida, referiu que, antes de iniciar o período de antes da Ordem do Dia, gostaria de tecer alguns comentários sobre matérias anteriormente abordadas, que considerou pertinentes.

Neste sentido, começou pelas festividades de Natal na cidade, reconhecendo as dificuldades herdadas do Executivo da CDU, mas afirmando que ainda há muito caminho a percorrer e que poderiam ter sido realizadas escolhas diferentes, referindo que o investimento nas atividades de

Natal ronda os 170 a 200 mil euros, conforme divulgado no jornal e no portal Base.Gov, mas considerou que a iluminação de Natal não cumpre as ambições dos eborenses, por não apresentar novidade nem diferenciação, e que, apesar das limitações do procedimento de contratação pública, poderiam ter sido encontradas soluções mais criativas e ágeis. Quanto ao Jardim de Natal, apontou que o espaço se revela inadequado, com dificuldades de circulação e lama acumulada, resultando numa apresentação pouco digna para a cidade.

Concluiu que, apesar das justificações dadas, acredita que seria possível fazer melhor e de forma diferente.

Relativamente ao PUE, referiu que, no final do mandato anterior, os eleitos do PS, da CDU e do MCE aprovaram a conclusão de uma proposta técnica do PUE, apresentada como um ato administrativo, remetendo a discussão política para o futuro. Sublinhou, assim, que sempre discordou desse documento, considerando que não serve os interesses da cidade, que contém propostas impraticáveis face à realidade do território, apresenta erros técnicos e revela falta de ambição para a modernização, crescimento e desenvolvimento do Concelho.

Acrescentou que entende ter sido um erro a sua aprovação, rejeitando a ideia de que se tratasse apenas de um ato administrativo, referindo ainda que, apesar de reconhecer a urgência em avançar com o plano, o calendário agora proposto lhe parece curto, tendo em conta as fragilidades do documento de base, que, no seu entender, necessita de melhorias técnicas e de uma visão mais ambiciosa para Évora, deixando essa reflexão ao senhor Presidente.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim manifestou, ainda, preocupação com os prazos médios de pagamento, recordando que, segundo o último relatório apresentado em junho de 2025, estes se situavam nos 164 dias. Referiu igualmente inquietação quanto ao montante de pagamentos a curto prazo, que ascende a cerca de 20 milhões de euros, salientando a existência de fornecedores com faturas em atraso de anos anteriores.

Defendeu a adoção de todas as medidas necessárias para a recuperação dos prazos de pagamento e sublinhou a importância de a auditoria ser realizada com celeridade, reiterando ainda o pedido de envio das especificações técnicas da consulta em curso, formulado na última reunião de Câmara, expressando a expectativa de que, neste novo mandato, a relação institucional com os eleitos da oposição seja mais colaborativa e transparente, com acesso regular à informação solicitada.

Seguidamente, deu início ao período de antes da Ordem do Dia, começando por questionar o senhor Presidente sobre o Relatório de Contas de 2024, perguntando se já existe alguma informação ou pronúncia por parte do Tribunal de Contas relativamente a esse exercício.

De seguida, alertou para a grave deterioração das condições das vias em todo o Concelho, referindo situações concretas, nomeadamente na Garraia, que considera praticamente intransitável, e o agravamento dos problemas devido às recentes chuvas.

Defendeu a necessidade de medidas corretivas pontuais e de uma presença regular no terreno, sublinhando que é possível realizar intervenções nos pavimentos durante o inverno, como já aconteceu noutras zonas do Concelho, considerando inaceitáveis algumas situações existentes,



apontando como exemplo a Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, onde uma intervenção deixou a via em más condições.

Relativamente ao Canil Municipal, questionou sobre a situação do mesmo, perguntando se existem projetos para novas instalações, referindo a existência de um projeto de reabilitação anterior sucessivamente adiado, considerando que o atual equipamento já não responde às necessidades da cidade, defendendo a urgência de uma solução diferente.

Sublinhou ainda que, independentemente de uma solução futura, é imprescindível intervir, desde já, para garantir condições mínimas de trabalho no espaço existente.

De seguida, **o senhor Vereador Henrique Sim-Sim** solicitou um ponto de situação sobre os projetos da Évora 2027, manifestando preocupação com as empreitadas e questionando o seu estado, tendo em conta que o senhor Presidente dispõe de delegação de competências há cerca de 15 dias para dar seguimento aos respetivos processos.

Seguidamente, questionou sobre a situação das infiltrações no Monte Alentejano, referindo uma reclamação apresentada pelo Grupo Cantares de Évora desde março, reiterada em setembro e novembro. Manifestou preocupação com a degradação do espólio, devido às infiltrações e perguntou se já foi realizada alguma intervenção de urgência.

Relativamente aos quiosques, informou que o explorador do quiosque do Jardim Diana cessou definitivamente a atividade, referindo que a decisão decorre de diversas inoperacionalidades do Município, tendo os bens sido já retirados. Assinalou, ainda, que o quiosque do Jardim do Paraíso se encontra encerrado, bem como outros equipamentos, manifestando preocupação com o encerramento destes espaços num momento de aproximação das atividades da Évora 2027.

Questionou qual a política do Município relativamente aos quiosques e que medidas estão a ser ponderadas, sublinhando a importância do quiosque do Jardim Diana, especialmente ao fim de semana, pelo serviço prestado na zona da Acrópole, aproveitando ainda para reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido pelo senhor José Manuel e pela sua equipa, ao longo de cerca de 40 anos ao serviço da cidade.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim alertou, ainda, para a existência de viaturas abandonadas, referindo um caso concreto no Bairro das Nogueiras, onde uma viatura se encontra estacionada há vários anos num pequeno largo, deixando o registo dessa situação.

Para finalizar, e em nome dos eleitos da Coligação AD - Évora tem mais futuro, **o senhor Vereador Henrique Sim-Sim** apresentou os seguintes votos de saudação:

Voto de Saudação ao fotógrafo João Manita, pela Iniciativa “365 Days in Évora”.

Considerando que:

1. João Manita, fotógrafo amador natural de Évora, filho também do fotógrafo António Manita, tem vindo a desenvolver a iniciativa “365 days in Évora”, um projeto consistente e de elevada dedicação pessoal que consiste na captação e partilha diária de um conjunto de fotografias ao longo deste ano de 2025, retratando a cidade de Évora nas suas múltiplas dimensões — patrimonial, urbana, humana e paisagística;

2. Este trabalho contínuo e sistemático, constitui um relevante contributo para a salvaguarda da memória visual de Évora, registando lugares, atmosferas, vivências e detalhes do quotidiano que, muitas vezes, escapam ao registo institucional, mas que são fundamentais para a construção da memória coletiva da cidade;
3. A iniciativa assume particular relevância no contexto da preparação de Évora enquanto Capital Europeia da Cultura 2027, ao reforçar a valorização da criação artística de base local, da participação cívica na cultura e da documentação visual do território e das suas comunidades;
4. A divulgação regular deste projeto através de plataformas digitais contribui para a promoção externa de Évora, projetando uma imagem autêntica, contemporânea e plural da cidade, em consonância com os valores de proximidade, identidade e participação que norteiam o programa Évora 2027;
5. A persistência, criatividade e sensibilidade demonstradas por João Manita evidenciam o papel fundamental dos criadores amadores na dinamização cultural do concelho e na democratização do acesso à criação artística;

Delibera a Câmara Municipal de Évora:

1. Expressar publicamente o seu voto de saudação e reconhecimento a João Manita, pelo mérito, qualidade e relevância cultural da iniciativa “365 Dias”, enquanto contributo significativo para a valorização de Évora e para a preservação da sua memória visual;
2. Reconhecer, através deste trabalho de João Manita, o trabalho de enorme relevância e de enorme valor artístico, de outros tantos fotógrafos amadores da nossa cidade, como Carlos Neves, Tiago Duarte, Joaquim Carrapato, João Cinza, José Engenheiro, Luís Fialho entre tantos outros, que muito tem dado à nossa cidade e concelho, ao registarem tantos momentos sociais, culturais, desportivos e outros, assim como detalhes incríveis de património material ou imaterial.

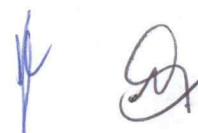
Voto de Saudação ao inestimável contributo das Instituições Culturais, Desportivas e Sociais do Concelho de Évora para o Natal 2025.

A quadra natalícia em Évora é, anualmente, enriquecida por um vasto conjunto de iniciativas culturais, desportivas e sociais, como concertos, provas desportivas, animação comunitária e atividades solidárias, promovidas por instituições do concelho. Estas iniciativas contribuem de forma decisiva para o fortalecimento do espírito natalício, para a dinamização da cidade e das freguesias, para o convívio intergeracional e para a valorização da identidade cultural e social de Évora. O envolvimento ativo das associações, coletividades, clubes e instituições sociais reflete o dinamismo do movimento associativo eborense e o seu papel fundamental na vida comunitária, em particular numa época marcada pela partilha e solidariedade.

ciações, coletividades, clubes e instituições sociais reflete o dinamismo do movimento associativo eborense e o seu papel fundamental na vida comunitária, em particular numa época marcada pela partilha e solidariedade.

Pelo exposto, expressamos o reconhecimento e enaltecemos a todas as instituições culturais, desportivas e sociais do concelho de Évora, pelo contributo diário, e em particular, nesta quadra festiva.

Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.



Em resposta às questões apresentadas, **o senhor Presidente** começou por responder que haverá, ao longo dos próximos meses, um debate aprofundado sobre a alteração do Plano Diretor Municipal, doravante designado por PDM e sobre o PUE, sublinhando que a necessidade de mais habitação, espaços empresariais e comércio deve ser conciliada com a criação de um plano robusto e, simultaneamente, com a transmissão de certeza ao mercado quanto a procedimentos, estratégia e calendário.

Referiu que a ausência dessa previsibilidade tem contribuído para o bloqueio do investimento e que o calendário proposto permite um debate amplo, com discussão pública, consultas formais e possibilidade de introduzir alterações significativas, incluindo novas áreas de expansão urbana, se tal vier a revelar-se necessário, destacando ainda que a definição de uma meta clara para publicação em Diário da República é essencial para garantir confiança aos investidores, permitindo-lhes planear projetos e ajustá-los ao longo do processo, criando condições efetivas para avançar com investimentos no final do mesmo.

Relativamente aos projetos da Capital Europeia da Cultura, informou que os projetos associados que estão em execução, quer sob responsabilidade do Instituto do Património e da entidade de Turismo, quer da Câmara Municipal, decorrem com normalidade, apesar da forte pressão dos prazos, referindo que, embora o processo tenha começado com atraso, o trabalho em equipa e em regime de *task force* tem permitido manter o calendário previsto.

Indicou que o projeto mais exigente é a cobertura do Convento dos Remédios, devido à sua complexidade técnica, estando a ser trabalhadas alternativas que ultrapassam a primeira tranche do PRR, como a recuperação da Igreja de São Vicente ou uma intervenção mais profunda no Aqueduto da Água de Prata, de modo a garantir a utilização das verbas disponíveis e não perder o potencial de investimento.

O senhor Vereador Jerónimo José reconheceu a preocupação com o estado das estradas e das intervenções básicas no Concelho, referindo que, ao longo dos anos, o desinvestimento de recursos contribuiu para a perda de capacidade de resposta, sublinhando que esta área é uma prioridade do Executivo, embora exista consciência de que o caminho a percorrer é longo e que as intervenções terão de ser definidas por prioridades. Acrescentou que, não sendo possível intervir em todo o lado em simultâneo, é fundamental garantir respostas paliativas e rápidas, de forma a evitar que os problemas se prolonguem no tempo, especialmente após períodos de chuva.

Em seguida e sobre o quiosque, informou que o Município teve conhecimento, no início da semana, do pedido de rescisão do contrato, por parte do senhor Manuel, relativamente ao quiosque do Jardim Diana, referindo que o pedido formal ainda não deu entrada. Explicou que o procedimento normal passa pela celebração do acordo de rescisão, a sua apreciação em reunião de Câmara e, posteriormente, pela avaliação do estado do equipamento, para decidir se pode ser colocado rapidamente em hasta pública ou se carece de intervenção prévia.

O senhor Vereador Jerónimo José reiterou o ponto de situação relativo ao Canil Municipal, recordando que os concursos anteriormente lançados ficaram desertos, referindo que, na

sequência disso, o Município foi contactado pela entidade financiadora, estando a ser ponderada a possibilidade de reforço das verbas disponíveis.

Acrescentou que, apesar de poder não ser a solução ideal, tendo em conta as prioridades existentes e a urgência em garantir condições dignas para o funcionamento do serviço, o Município irá relançar o processo de candidatura e, caso volte a ficar deserto, procurará negociar diretamente uma solução que permita avançar com a intervenção necessária.

No que toca à questão colocada sobre o Tribunal, **o senhor Vereador Jerónimo José** esclareceu que não existe, até ao momento, qualquer feedback ou informação recebida.

A senhora Vereadora Carmen Carvalheira informou que já foram iniciados os procedimentos relativos às viaturas abandonadas, estando identificados cerca de 400 veículos em toda a cidade. Explicou que os processos variam consoante a situação de cada viatura, nomeadamente se têm matrícula e proprietário identificados, o que determina diferentes prioridades de intervenção. Mencionou estar a ser preparada uma comunicação pública a esclarecer todo o procedimento, bem como a ser organizado um espaço adequado para a receção intermédia dos veículos, dado que o espaço atualmente utilizado, na antiga rodoviária, é limitado. Indicou que a recolha está a ser efetuada de forma faseada, com um limite atual de cerca de 10 viaturas de cada vez, prevendo-se aumentar essa capacidade assim que o novo espaço estiver disponível, sublinhando que se trata de um processo complexo, atendendo ao elevado número de viaturas a remover.

Seguidamente, **a senhora Vereadora Carmen Carvalheira** reconheceu a necessidade de uma estratégia para o Natal, sublinhando que essa construção não se faz em curto prazo, referindo que o trabalho já foi iniciado, tendo sido realizada uma reunião dedicada ao Natal do próximo ano, assumindo a convicção de que será substancialmente diferente dos anos anteriores, reforçando ainda o compromisso do Executivo em trabalhar para que o futuro programa natalício corresponda às expectativas dos eborenses.

L). Vereadora Lília Fidalgo / Vários Assuntos.

A senhora Vereadora Lília Fidalgo iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

De seguida, começou por sublinhar a importância do PUE, referindo que, de acordo com a informação prestada pelo senhor Presidente, o processo cumpre os trâmites previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão do território. Destacou ainda o carácter pioneiro e exemplar do processo de planeamento em Évora, à semelhança do primeiro PDM, assente numa forte participação e articulação com outros instrumentos, nomeadamente o Plano de Mobilidade, o Plano Local de Habitação e o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, considerando que o plano incorpora igualmente a dinâmica demográfica em curso no Concelho e na região.

Seguidamente, referiu que a situação comunicada pela DGAL não era inesperada, recordando que o anterior Executivo já tinha alertado, em 2024, para as consequências da falta de



atualização de taxas. Manifestou disponibilidade para colaborar com a atual Presidência na adoção de medidas que permitam ultrapassar fatores de estrangulamento, sublinhando a importância de manter o processo estrutural de saneamento financeiro da dívida municipal.

Acrescentou que os atrasos de pagamento resultam também de fatores conjunturais, questionando se a situação seria a mesma caso o Governo estivesse a cumprir integralmente as suas obrigações financeiras, nomeadamente no âmbito das transferências de competências, apontando em particular a área da educação, bem como se não existissem encargos significativos associados à questão da água, defendendo a necessidade de resposta a estas matérias.

Para finalizar, **a senhora Vereadora Lília Fidalgo** apresentou a seguinte Moção de Saudação à Greve Geral:

A Câmara Municipal de Évora saúda os trabalhadores, incluindo os trabalhadores das Autarquias Locais, pela realização da Greve Geral do passado dia 11 de dezembro e pela poderosa demonstração de força e unidade que esta constituiu de clara rejeição do Pacote Laboral e exigência de mais salários, direitos e melhores serviços públicos. Saúda a CGTP-IN, que tomou a iniciativa de avançar com a ação contra o pacote laboral e a Greve Geral, bem como as estruturas sindicais e outras organizações dos trabalhadores que marcaram posição e a ela se associaram.

A Greve Geral, uma das maiores de sempre, foi uma expressiva resposta dada pelos trabalhadores ao sentido de retrocesso social que comporta o Pacote Laboral, com um apoio generalizado aos objetivos da greve, quer por parte dos trabalhadores que a ela aderiram, quer por parte daqueles que com ela se solidarizaram.

Essa resposta torna-se ainda mais significativa por ter contrariado e vencido todo um arsenal de expedientes utilizados para tentar pôr em causa o direito à greve e esconder os seus efeitos.

A Greve Geral constituiu uma expressão de força e unidade dos trabalhadores, da sua indignação e rejeição da exploração e injustiças a que são sujeitos, do modelo económico de baixos salários, de precariedade, de desregulação dos horários, de condições e ritmos de trabalho insuportáveis, de atropelo aos seus direitos. Colocou o trabalho e a situação dos trabalhadores na primeira linha da discussão pública, tornando evidente a necessidade de valorização do trabalho e dos trabalhadores como critério e referência de desenvolvimento. Foi uma jornada histórica de exigência de justiça, dignidade, respeito, melhores salários e direitos que o Governo não pode desprezar e a que não pode ficar indiferente.

Foi uma jornada histórica de exigência de justiça, dignidade, respeito, melhores salários e direitos que o Governo não pode desprezar e a que não pode ficar indiferente. Sendo uma afirmação efetiva dos direitos e liberdades democráticas, a Greve Geral aponta o caminho de que Portugal precisa e reclama a concretização do projeto de desenvolvimento, progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa comporta.

A Câmara Municipal de Évora delibera enviar a presente saudação às confederações sindicais, aos grupos parlamentares e partidos representados na Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e à Presidência da República.

Intervenções:

Em seguida, **o senhor Presidente** propôs à senhora Vereadora Lília Fidalgo, a inclusão da UGT na saudação à greve geral, juntamente com a CGTP, uma vez que a moção prevê o envio às duas centrais sindicais.

O senhor Vereador Rúben Migueis reconheceu o direito à greve como um instrumento legítimo de reivindicação, mas alertou para o impacto e as consequências da greve geral ocorrida a 11 de dezembro, referindo que se verificaram situações em que piquetes impediram pessoas de trabalhar, defendendo que o direito à greve não deve limitar o direito de quem pretende exercer a sua atividade.

Sublinhou, ainda, as repercussões negativas de paralisações em larga escala na economia local, nos serviços públicos e na vida dos cidadãos que dependem desses serviços, defendendo que a Câmara Municipal deveria privilegiar o incentivo ao diálogo construtivo entre trabalhadores, empregadores e o Governo, procurando soluções que promovam o desenvolvimento e a justiça social sem comprometer a estabilidade e a eficiência do mercado de trabalho, concluindo assim, que, neste sentido, irá votar contra.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim estruturou a sua intervenção sobre a moção de saudação à greve geral em três perspetivas. Em primeiro lugar, salientou a importância do direito à greve enquanto direito constitucional dos trabalhadores, sublinhando que deve ser salvaguardado como instrumento legítimo de expressão de discordância, face a políticas ou situações concretas.

Num segundo plano, questionou a oportunidade da greve no atual contexto, referindo que o país se encontra em crescimento, com um aumento médio dos rendimentos de 6,7%, o mais elevado no conjunto da OCDE, e com o descongelamento de 21 carreiras profissionais, incluindo professores, médicos e forças de segurança, considerando difícil justificar uma paralisação neste enquadramento.

Por fim, afirmou que a greve teve, no seu entendimento, um forte pendor partidário, acrescentando que existiriam razões mais consistentes para ações reivindicativas no âmbito local, designadamente face às condições de trabalho deixadas pelo anterior Executivo da CDU, dando como exemplo a situação da unidade de higiene e limpeza urbana, concluindo que a greve surge num momento em que estão a ser implementadas reformas e registados resultados positivos, entendendo que a iniciativa promovida pela CGTP e pelo Partido Comunista não se justifica face à realidade atual.

Neste sentido, informou que da parte dos eleitos da Coligação AD - Évora tem mais futuro, irão votar contra a proposta, esclarecendo que essa posição não põe em causa o direito à greve, que continuam a defender, justificando o sentido de voto por considerar que a iniciativa constituiu uma manobra de natureza política, anunciando ainda a apresentação de uma declaração de voto que integrará considerações.

O senhor Presidente informou que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a moção de saudação à greve geral, atendendo à inclusão da referência à UGT. Esclareceu, no entanto, que será apresentada uma declaração de voto com fundamentos distintos dos constantes na moção, assentes na defesa da concertação social, do diálogo e da crítica à apresentação da reforma da lei laboral sem o necessário processo prévio de negociação e concertação.

A senhora Vereadora Lília Fidalgo aceitou a alteração proposta, da inclusão da UGT à moção apresentada, pelo que a mesma ficou com a seguinte redação:

A Câmara Municipal de Évora saúda os trabalhadores, incluindo os trabalhadores das Autarquias Locais, pela realização da Greve Geral do passado dia 11 de dezembro e pela poderosa demonstração de força e unidade que esta constituiu de clara rejeição do Pacote Laboral e exigência de mais salários, direitos e melhores serviços públicos. Saúda a CGTP-IN e a UGT, que tomaram a iniciativa de avançar com a ação contra o pacote laboral e a Greve Geral, bem como as estruturas sindicais e outras organizações dos trabalhadores que marcaram posição e a ela se associaram.

A Greve Geral, uma das maiores de sempre, foi uma expressiva resposta dada pelos trabalhadores ao sentido de retrocesso social que comporta o Pacote Laboral, com um apoio generalizado aos objetivos da greve, quer por parte dos trabalhadores que a ela aderiram, quer por parte daqueles que com ela se solidarizaram.

Essa resposta torna-se ainda mais significativa por ter contrariado e vencido todo um arsenal de expedientes utilizados para tentar pôr em causa o direito à greve e esconder os seus efeitos.

A Greve Geral constituiu uma expressão de força e unidade dos trabalhadores, da sua indignação e rejeição da exploração e injustiças a que são sujeitos, do modelo económico de baixos salários, de precariedade, de desregulação dos horários, de condições e ritmos de trabalho insuportáveis, de atropelo aos seus direitos. Colocou o trabalho e a situação dos trabalhadores na primeira linha da discussão pública, tornando evidente a necessidade de valorização do trabalho e dos trabalhadores como critério e referência de desenvolvimento. Foi uma jornada histórica de exigência de justiça, dignidade, respeito, melhores salários e direitos que o Governo não pode desprezar e a que não pode ficar indiferente.

Sendo uma afirmação efetiva dos direitos e liberdades democráticas, a Greve Geral aponta o caminho de que Portugal precisa e reclama a concretização do projeto de desenvolvimento, progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa comporta.

A Câmara Municipal de Évora delibera enviar a presente saudação às confederações sindicais, aos grupos parlamentares e partidos representados na Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e à Presidência da República.

A moção apresentada foi aprovada, por maioria, com a alteração proposta e consensualizada, com 4 votos a favor, 3 dos eleitos do PS e 1 da eleita da CDU e 3 votos contra, 2 dos eleitos da Coligação AD - Évora tem mais futuro e 1 do eleito do CHEGA.

Declaração de Voto dos Eleitos do Partido Socialista, Carlos Zorrinho, Carmen Carvalheira e Jerónimo José.

Os eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Évora votam favoravelmente a Moção de Saudação à Greve Geral, apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), pelo princípio da defesa dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, em que o Direito à Greve é parte essencial e ressalva a importância da Central Sindical UGT – União Geral dos Trabalhadores em tornar possível, através de uma forte mobilização, a realização da greve geral do passado dia 11 deste mês, que a moção apresentada não refere.